

A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DA SAÚDE COLETIVA: CONCEITOS DA PNAN E A RELEVÂNCIA DAS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Emmilly Katherin de Oliveira Andrade¹;

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO.

<http://lattes.cnpq.br/7051252102326073>

Angela Maria Giuriatto da Rocha Carriço²;

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO.

<http://lattes.cnpq.br/4063894845950975>

Carla Taveira Nunes³;

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO; Faculdade São Paulo Estácio de Rondônia.

<http://lattes.cnpq.br/9253415895937837>

Ana Paula de Andrade⁴;

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO.

<http://lattes.cnpq.br/9809641413736078>

Betânia da Silva Souza⁵;

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO.

<http://lattes.cnpq.br/8775441370308014>

João Belmiro Santos Scussel⁶;

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO.

<http://lattes.cnpq.br/9092736199903290>

Débora da Silva Oliveira⁷;

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO.

<http://lattes.cnpq.br/5838484554259754>

Victor Hugo da Cunha Przybysz⁸;

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO.

<http://lattes.cnpq.br/0483864690553081>

Karen Caroline Lima Rosin⁹;

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO.

<http://lattes.cnpq.br/3061520602038345>

Euler Nogueira Magalhães¹⁰;

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO.

<http://lattes.cnpq.br/1690649673636006>

Ana Claudia Flores da Silva¹¹;

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO.

<http://lattes.cnpq.br/5516242459511268>

Elisangela Xavier Andrade¹².

Secretaria Municipal de Saúde Residência Multiprofissional em Saúde da Família (SEMUSA),
Rolim de Moura, RO; Faculdade São Paulo Estácio de Rondônia.

<https://lattes.cnpq.br/0859975456436025>

RESUMO: A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) constitui-se em um instrumento essencial para a promoção da saúde coletiva no Brasil, alinhando-se às políticas públicas que asseguram o direito humano à alimentação adequada. Este estudo, de natureza aplicada, abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório, realizou uma pesquisa bibliográfica em bases científicas e documentos oficiais entre junho e setembro de 2025. O objetivo foi analisar as estratégias de implementação da EAN, destacando sua relevância para a saúde pública. Os resultados indicam que a trajetória da EAN no país evoluiu de práticas centradas no combate à fome e desnutrição, nas décadas de 1940 a 1960, para ações voltadas à promoção de práticas alimentares saudáveis, integrando conceitos de autonomia e cidadania. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) destaca-se como marco fundamental, estabelecendo diretrizes intersetoriais que orientam programas de segurança alimentar, prevenção de distúrbios nutricionais e fortalecimento da participação comunitária. Conclui-se que a efetividade da EAN depende de estratégias participativas, críticas e culturalmente contextualizadas, que ultrapassem o caráter normativo. Quando articulada às políticas públicas e conduzida de forma emancipatória, a EAN contribui para escolhas alimentares saudáveis, consciência social e promoção da equidade em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Alimentar e Nutricional. Saúde Coletiva. Promoção de saúde.

FOOD AND NUTRITION EDUCATION AND ITS RELEVANCE FOR COLLECTIVE HEALTH: CONCEPTS OF THE PNAN AND INTERVENTION STRATEGIES

ABSTRACT: SUMMARY: Food and Nutrition Education (EAN) is an essential tool for promoting collective health in Brazil, aligning with public policies that ensure the human right to adequate food. This study, of an applied nature, with a qualitative approach and descriptive and exploratory character, conducted a bibliographical survey in scientific bases and official documents between June and September 2025. The objective was to analyze

the implementation strategies of EAN, highlighting its relevance for public health. The results indicate that the trajectory of EAN in the country evolved from practices focused on combating hunger and malnutrition in the 1940s to 1960s, to actions aimed at promoting healthy eating practices, integrating concepts of autonomy and citizenship. SUMMARY: Food and Nutrition Education (EAN) is an essential tool for promoting collective health in Brazil, aligning with public policies that ensure the human right to adequate food. This study, of an applied nature, with a qualitative approach and descriptive and exploratory character, conducted a bibliographical survey in scientific bases and official documents between June and September 2025. The objective was to analyze the implementation strategies of EAN, highlighting its relevance for public health. The results indicate that the trajectory of EAN in the country evolved from practices focused on combating hunger and malnutrition in the 1940s to 1960s, to actions aimed at promoting healthy eating practices, integrating concepts of autonomy and citizenship. The National Food and Nutrition Policy (PNAN) stands out as a fundamental landmark, establishing intersectoral guidelines that guide food security programs, the prevention of nutritional disorders, and the strengthening of community participation. It is concluded that the effectiveness of EAN depends on participatory, critical, and culturally contextualized strategies that go beyond normative character. When articulated with public policies and conducted in an emancipatory manner, EAN contributes to healthy food choices, social awareness, and the promotion of health equity.

KEYWORDS: Food and Nutritional Education. Public Health. Health Promotion.

INTRODUÇÃO

A Saúde Coletiva pode ser compreendida como uma área de busca por conhecimentos voltados para a saúde, através de práticas de promoção, prevenção e cuidados, como agravos e doenças. Não somente com foco em indivíduos, mas com alcance de grupos sociais, contudo a coletividade (PAIM, 1982; DONNANGELO, 1983). Neste contexto, a alimentação entra como um importante instrumento para a promoção e proteção da saúde, promovendo qualidade de vida e possibilitando o desenvolvimento humano por meio da nutrição (BRASIL, 2003).

A promoção da saúde ganha cada vez mais relevância como uma estratégia essencial para lidar com os problemas do processo saúde-doença, os cuidados e as suas causas. Nesse cenário, a direção envolve fortalecer o caráter promocional e preventivo, abrangendo pareceres técnicos, populares, além do uso de recursos públicos ou privados, de vários setores, para então o enfrentamento de saúde e seus determinantes (BUSS, 1999).

O termo “promoção de práticas alimentares saudáveis” passa a ser pautado nos documentos oficiais brasileiros a partir do final da década de 1990. Além de incentivar estilos de vida saudáveis, a promoção de práticas alimentares adequadas é uma estratégia crucial para lidar com problemas alimentares e nutricionais que enfrentamos hoje. De acordo com o Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU em um documento produzido em março de 2002 para a visita ao Brasil, a fim de garantir o direito à alimentação, o Estado

deve adotar políticas, programas e ações que permitam sua implementação e execução, estabelecendo assim, metas, recursos e indicadores para esse propósito.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição, frequentemente abreviada como PNAN, apresenta uma abordagem que busca agir de maneira integrada, envolvendo diversas disciplinas e setores, com a finalidade de unir esforços nas diferentes iniciativas direcionadas ao combate aos problemas relacionados à nutrição. Para isso, a política está estruturada em uma variedade de programas e ações que abrangem diferentes áreas de atuação, visando assim uma solução mais abrangente e efetiva para os agravos nutricionais que afetam a população (SANTOS, 2017).

OBJETIVO

Analisar o conceito da PNAN e apresentar as estratégias de Educação Alimentar e Nutricional no Brasil, evidenciando sua relevância para a promoção da saúde coletiva

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, de objetivo descritivo e exploratório a fim de coletar, avaliar e debater trabalhos acadêmicos e documentos oficiais ligados à Educação Alimentar e Nutricional, bem como às políticas públicas destinadas à promoção da saúde coletiva no Brasil.

A coleta de dados ocorreu entre junho e setembro de 2025, em bases de dados científicos como SciELO, LILACS e PubMed, além de publicações acessíveis em instituições oficiais, como o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde. Incluíram-se artigos e documentos publicados em português, inglês e espanhol que tratassem especificamente de EAN e de sua conexão com a promoção da saúde.

Os critérios empregados para exclusão dos trabalhos, foram: duplicidade, artigos de opinião sem respaldo científico e publicações que não relacionassem EAN e saúde coletiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação Alimentar e Nutricional: bases teóricas e conceituais

Entre 1940 e 1960, a educação alimentar e nutricional estava atrelada às campanhas de promoção do consumo de novos alimentos e às ações educativas que se tornaram um dos pilares das políticas de alimentação e nutrição da época. O fato é que esse período educativo em nutrição se apoiou no mito da ignorância, considerado um dos principais culpados pela fome e pela desnutrição das classes baixas, que é o público-alvo dessas ações educativas. Por isso, elaborar os meios adequados que orientassem os menos favorecidos em como se alimentar, para sanar os maus hábitos alimentares que ali existiam, tornou-se prioridade, com uma visão educativa voltada à mudança de comportamento alimentar (BOOG, 1997).

Nesse sentido surge a ideia da promoção das práticas alimentares saudáveis, onde a alimentação vem sendo colocada como uma das principais estratégias para a promoção da

saúde, sem qualquer questionamento acerca do papel da educação alimentar e nutricional na promoção de hábitos saudáveis (SANTOS, 2005).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição que orienta a EAN no Brasil

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que surgiu no final da década de 90, representa um marco significativo na consolidação dessa área no setor de saúde, destacando as transições epidemiológica, nutricional e demográfica, que ocorrem em um contexto onde o Brasil convive com situações extremas de desnutrição e deficiências nutricionais, ao lado de elevadas taxas de obesidade e doenças relacionadas à alimentação. A PNAN elabora um modelo de segurança alimentar e nutricional baseado no direito humano à alimentação, ressaltando que a alimentação e a nutrição são indispensáveis à promoção e proteção da saúde.

A PNAN tem a missão de garantir a qualidade dos alimentos consumidos no país, promover práticas alimentares saudáveis e prevenir e controlar distúrbios nutricionais, tudo isso com o incentivo a ações intersetoriais, reposicionando, na época, a questão alimentar e nutricional na agenda das políticas públicas do setor saúde. A Política estabelece sete diretrizes que guiam a criação e execução de programas e projetos relacionados à alimentação e nutrição: incentivo à colaboração entre diferentes setores para garantir o acesso universal aos alimentos; assegurar a segurança e a qualidade dos alimentos, bem como dos serviços prestados; acompanhar a situação nutricional e alimentar; fomentar hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis; prevenir e controlar distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição; promover o desenvolvimento de áreas de pesquisa; e formar e capacitar recursos humanos (RECINE; VASCONCELLOS, 2011).

Estratégias de implementação da EAN na saúde coletiva

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) desenvolveu em 2018 um Caderno de Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional com a intenção de fornecer apoio material para o planejamento e execução das ações de EAN.

Destacam-se alguns elementos relevantes para a organização e condução das atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), a serem considerados no planejamento e execução:

- Elaborar iniciativas alinhadas e conectadas às demandas dos indivíduos e da comunidade, garantindo sua anuência e participação ativa.
- Selecionar temas, metodologias e ferramentas adequadas aos diferentes públicos de interesse, como crianças, gestantes, trabalhadores e pessoas idosas.
- Analisar e estruturar cuidadosamente as estratégias e dinâmicas propostas, de modo a prevenir improvisações e situações indesejadas. Quando necessário, realizar testes preliminares das atividades.

- Vivenciar, na prática, as diretrizes compartilhadas, promovendo consistência entre o discurso e a execução das ações.
- Divulgar informações relacionadas aos direitos e às alternativas de atuação, favorecendo a sensibilização e o engajamento social em prol da garantia da alimentação adequada e saudável.
- Estimular iniciativas que ampliem o repertório de conhecimentos, fortaleçam competências e promovam a autonomia para decisões conscientes sobre alimentação e saúde.
- Considerar os elementos emocionais, sociais, financeiros, culturais e ambientais relacionados à alimentação, com o intuito de ressignificar o ato de se alimentar.
- Atentar-se às particularidades, demandas e princípios vinculados à gastronomia, à dieta, à nutrição, ao bem-estar e à qualidade de vida, associando-os ao prazer e ao autocuidado.
- Adotar uma escuta ativa, interpretativa e compreensiva frente aos relatos dos indivíduos e grupos.
- Evitar posturas normativas ou autoritárias que desconsiderem experiências, saberes e aspirações da comunidade, assim como discursos que responsabilizem de forma indevida os indivíduos por condições de saúde ou de vida que extrapolam sua capacidade de transformação.
- Atentar-se a discursos preconceituosos que perpetuem exclusão social e estigmatização de grupos, valorizando a diversidade e reconhecendo as disparidades sociais existentes.
- Priorizar a sustentabilidade das iniciativas, por meio da participação efetiva da comunidade, da perenidade das ações e da articulação contínua entre colaboradores em todas as etapas do processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é uma estratégia de promoção da saúde coletiva no Brasil, integrada às políticas públicas e ao fortalecimento do direito humano à alimentação adequada. A PNAN, é um instrumento normativo que fundamenta as iniciativas educativas em saúde, tanto teoricamente quanto na prática.

Isso se torna ainda mais evidente quando consideramos que a efetividade dessas estratégias está atrelada a processos participativos, intersetoriais e que levam em conta as particularidades culturais, respeitando os distintos contextos sociais e promovendo a autonomia de indivíduos e comunidades. O reconhecimento dos saberes locais, a escuta atenta e a conexão entre diversos setores e políticas sociais tornam as práticas mais sustentáveis e aumentam seu impacto na área.

Dessa forma, pode-se concluir que a EAN, quando elaborada de maneira crítica, planejada e com a participação dos envolvidos, vai além do simples caráter normativo e se torna uma prática emancipatória, que não apenas favorece escolhas alimentares mais

saudáveis, mas também fomenta uma maior consciência social, cidadania e equidade em saúde.

REFERÊNCIAS

- BOOG, M. C. F. **Educação nutricional: passado, presente e futuro**. Campinas. 1997.
- BUSS, P. M. **Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública**. Cad Saúde Pública, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília. 2ª edição, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999. **Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN** e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1999.
- DONNÂNGELO, M. C. F. **A Pesquisa na Área da Saúde Coletiva no Brasil – A década de 70**. Rio de Janeiro. In: ABRASCO. 1983.
- JAIME, Patrícia Constante, et al. **Ações de Alimentação e Nutrição na Atenção Básica: a experiência de organização no Governo Brasileiro**. Revista de Nutrição, v. 24, p. 809-824, 2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. **A Segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no Brasil**. Documento elaborado em março de 2002 para a visita, no Brasil, do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre Direito à Alimentação, Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2002. 65p.
- PAIM, J. S. **Desenvolvimento teórico-conceitual do ensino em Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. In: ABRASCO/CLATES/NUTES, 1982.
- RECINE, E; VASCONCELLOS A.B. **Políticas Nacionais e o Campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual**. Ciên saúde coletiva, 2011.
- SANTOS, Ligia Amparo da Silva. **Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis**. Revista de Nutrição, v. 18, p. 681-692, 2005.
- SANTOS, M. C. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição: Avaliação da Implantação de Programas em Municípios Baianos**. Demetra Alimentação, Nutrição & Saúde v. 12 n. 1. Salvador-BA. 2017.